

1 **ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO**  
3 **AMBIENTE – COEMA, REALIZADA EM 27**  
4 **DE JANEIRO DE 2016.**

5 Aos 27 dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na sala de  
6 reunião anexa do gabinete do delegado geral, Pavilhão C, sito à Avenida Magalhães  
7 Barata, n.º 305, Belém Pará, realizou-se a Reunião 57ª Ordinária do COEMA, sob a  
8 presidência do Secretário de Estado e Meio Ambiente: Luiz Fernandes Rocha, e com a  
9 presença de conselheiros: **AMIRALDO PINHEIRO** representante da SESPA,  
10 **SIDNEY J. ROSA** representante da ALEPA, **MARIA AMÉLIA** representante da  
11 SEDEME, **ELIANA ZACCA**, representante da SEDAP, **JOSÉ WATERLOO LEAL**  
12 representante da ONG/MOT, **TIAGO C. SOUZA** representante da FETIPA, **NILTON**  
13 **GURJÃO** representante do MP, e convidada **ROSILÉIA SIMONE BRITO**,  
14 representante da FIEPA. Com a palavra o secretário de Estado de Meio Ambiente: **Dr.**  
15 **LUIZ FERNANDES:** Em havendo quorum eu declaro aberta a quinquagésima sétima  
16 reunião do COEMA, à ordem do dia. Hoje nós trouxemos uma representante da Dialog  
17 através de uma parceria com o governo do Estado, o qual está fazendo um trabalho de  
18 nova metodologia para o licenciamento do mesmo, e como já foi dito, a primeira vez  
19 que foi apresentado ao estado, logo no início do projeto, foram escolhidos dois pólos,  
20 quais sejam o de Itaituba, e o de Barcarena. Esse trabalho vem sendo desenvolvido já há  
21 algum tempo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Mineração e Energia,  
22 a SEDEME em conjunto com a SEMAS, bem como de alguns outros seguimentos  
23 também do Estado, Já estando bastante adiantado o projeto, tanto a DIALOG quanto a  
24 ONU HABITAT, solicitaram a devida apresentação ao COEMA para demonstrar a  
25 situação na qual isso se encontra, até porque trata-se de grandes projetos, nessa toada  
26 também todos os projetos vão passar, e depois disso, o deputado Sidney vai se  
27 apresentar lá na Assembléia Legislativa, e o senhor pode até falar lá do ocorrido,  
28 deixamos até essa pauta para hoje, depois se tiver algum assunto para se tratar(...) a  
29 gente pode focar esse tópico, mas eu queria, até para a gente adiantar, passar aqui para a  
30 Liane que está representando a Dialogue. **DR. NILTON GURJÃO:** A gente pode  
31 marcar uma reunião para os processos não é? **DR. LUIZ FERNANDES:** Sim,  
32 marcaremos uma reunião posterior para dar a baixa nesses passivos.  
33 **REPRESENTANTE DA DIALOG:** Bom, a gente teve aqui com vocês uma primeira  
34 reunião expondo qual era o escopo geral do trabalho da ONU habitat aqui, não só para o  
35 Pará, mas também para o Brasil, então eu vou fazer um resgate rápido dessa parte, mas  
36 estarei mostrando o avanço que a gente fez, no sentido de definir mais na concepção da  
37 ONU habitat os requisitos que a gente identifica que seriam necessários para serem  
38 incorporados no licenciamento ambiental sobre o aspecto da socioeconomia, a idéia é  
39 que nos pilotos a gente aplique esses requisitos, vai ver um pouco do que foi debatido  
40 ao longo desse último ano, só como um resgate, eu peço desculpas, pois vou me repetir  
41 algumas vezes sobre a fala de ontem em relação a alguns detalhes na parte técnica,  
42 então o que é importa é ver um pouco o que a gente está solicitando e entendendo.  
43 Poderia haver mais detalhamento em termos de estudos de diagnóstico e na fase de  
44 plano de mitigação e compensação, um pouco disso que a gente quer ainda debater, esse

45 debate ainda está sendo feito em conjunto também com o Ministério Público, e a gente  
46 tem um workshop extenso ainda para consolidar essa proposta com eles na próxima  
47 semana, então a gente quis fazer essa conversa com o COEMA antes, até mesmo para  
48 nos ajudar a subsidiar ainda mais isso (...). Esse trabalho é decorrente da visão da ONU,  
49 uma nova proposta da ONU decorrente de uma nova visão de desenvolvimento  
50 sustentável, que conseqüentemente a mesma também trabalhou com uma visão vinte e  
51 trinta, então aqui a gente não está falando da agenda do Pará vinte e trinta, a gente está  
52 falando da visão que a ONU propôs e criou em função dessa outra visão, dos novos  
53 objetivos de desenvolvimento sustentável. Tem cinco grandes enfoques, então é toda  
54 uma mudança desses objetivos de desenvolvimento sustentável, e o que podem trazer  
55 como resultado em termos de desenvolvimento sustentável, de posse disso, então, toda a  
56 visão ambiental até agora era como trabalhar dentro do desenvolvimento, e a  
57 preocupação agora é que esse desenvolvimento sustentável, harmonizado entre meio  
58 ambiente e tecnologia, leve resultado para pessoas, a ONU introduz o conceito de  
59 prosperidade, esse é um resultado importante, que você garanta que as vidas sejam  
60 prósperas em função de um desenvolvimento que está se querendo e que se tenha em  
61 função dessa prosperidade, dessa tensão de pessoas e o planeta, parcerias para viabilizar  
62 isso, que se tenha de fato, como limite final a paz, isso tudo a ONU traduz em objetivos,  
63 em metas, e agora está saindo toda uma discussão de indicadores, para que se consiga  
64 trabalhar com metodologias de desenvolvimento, o desafio é que se pegue essas  
65 agendas de desenvolvimento, com visões de vinte e trinta e que se gere uma agenda de  
66 desenvolvimento sustentável para elas, então aqui no Pará não é diferente, aqui no Pará  
67 vocês estão com um novo processo, o de criar uma visão de desenvolvimento para o  
68 Pará vinte e trinta e ter um esforço todo, que aí a ONU habitat está fazendo em  
69 conjunto, a partir do trabalho da Mackenzie, de pegar essa agenda do Pará vinte e trinta  
70 e trazer para essa visão de desenvolvimento sustentável, está aí a base da parceria da  
71 ONU habitat com o estado do Pará, e a gente tem dentro disso três ambições, tem uma  
72 ambição local de se criar condições aqui no Pará, para que se consiga estruturar essa  
73 implantação sustentável de grandes empreendimentos, uma visão nacional de a gente ter  
74 essa discussão e contribuir com um novo arcabouço regulatório da visão urbana e  
75 socioambiental da economia nos territórios, o foco é grandes empreendimentos, e o  
76 global que seria exatamente a partir dessas experiências locais, dessa experiência aqui  
77 no Pará, como é que a gente Extrai aprendizados e leva para essa discussão global da  
78 ONU como novas diretrizes para fazer acontecer e implementar aquela visão de  
79 desenvolvimento sustentável que a ONU está propondo, então é isso que a gente  
80 entende que a parceria do Estado com a ONU habitat está buscando, e aí a ONU habitat  
81 entendeu que dos três casos modelo, dos três pilotos que ela está propondo para o  
82 desenvolvimento do Brasil: que são o Estado do Pará, o Estado do Ceará, e o Estado do  
83 Rio; O Estado do Pará é o que tem a melhor condição de realmente ser esse caso global,  
84 então vocês estão escritos para a HABITAT 3 que ocorre em Quito nesse ano, no final  
85 do ano, em outubro, e até lá a gente vai construindo toda essa condição do *case* do Pará  
86 para mostrar para todo mundo como é que isso vai ser feito aqui. Então aqui estão os  
87 três casos, nos três estados... no Estado do Pará conforme o Luiz falou a gente estaria  
88 olhando a região dos Tapajós, o conjunto então dos empreendimentos que estão em

89 implantação e em planejamento para a implantação nessa região, e em Barcarena, a  
90 partir do complexo de Barcarena, mas olhando a região de Barcarena, então a gente atua  
91 em dois eixos de atuação não é? Um eixo que é todo esse processo de influenciar na  
92 nova regulação, o enfoque é na sócio-economia, nos licenciamentos, e nos  
93 financiamentos e grandes empreendimentos e o outro eixo que é para poder não só ter  
94 uma nova regulação mas também para poder ter um modelo que a própria ONU acredita  
95 e recomenda que deva ser parâmetro para essa nova regulação, e o caso então do Pará é  
96 exatamente nessa modelagem, na verdade a gente quer usar o caso do Pará para gente  
97 extrair dessa modelagem os requisitos que a ONU estaria propondo para essa nova  
98 regulação nacional, para isso a ONU trabalhou nesse quase dois anos em duas frentes, a  
99 gente trabalhou produzindo todo esse conhecimento para gerar esse modelo, pesquisa,  
100 debates, técnicos, para gerar essa discussão do que seriam esses requisitos técnicos e  
101 paralelamente ir construindo essa mesa de negociação, então essa mesa de articulação e  
102 negociação começa com uma parceria da ONU habitat com o MPF, mas como ocorre  
103 isso? Ocorre via Brasília, em parceria com a Quarta Câmara, Quinta e Sexta Câmara e  
104 mais a Diretoria de Cidadania, a gente, foi constituído dentro do âmbito do Ministério  
105 Público Federal, sendo um projeto finalístico, onde eles então, dentro desse projeto, têm  
106 uma coordenação que acompanha nossos trabalhos, então a gente produz estudos e  
107 submete a eles, nessa parte de discutir o que é requisito, o que é que pode, isso partiu de  
108 um primeiro estudo que nós fizemos com eles, sobre as ocorrências de inquéritos e  
109 judicializações junto à licenciamento, então a gente foi junto com eles olhar porque que  
110 esse ambiente é tão judicializado, é tão interferido pelo Ministério Público, quais são as  
111 ocorrências, foi parte de um estudo nosso entender as causas disso, isso foi o que  
112 orientou a nossa análise de requisitos novos nos licenciamentos, para ver se os  
113 licenciamentos andam de uma forma mais eficaz, bom, então essa é a parceria com o  
114 Ministério Público, a outra parceria é com o Ministério do Meio Ambiente, através não  
115 só do IBAMA, mas o IBAMA é o autor principal dessa parceria, porque é o regulador,  
116 então a gente trabalha também junto com eles para discutir se os requisitos fazem  
117 sentido ou não, então tem inclusive dentro da parceria uma questão de capacitação das  
118 equipes, da equipe de socioeconomia do IBAMA; bem como o Ministério das Cidades,  
119 porque a gente está discutindo socioeconomia e tem um capítulo fortíssimo de  
120 infraestrutura, então isso serve para a cidade discutir conosco, se é possível soluções ou  
121 não desse tipo, esse é até um trabalho maior com o Ministério das Cidades, a parceria  
122 que eles têm com os bancos, o Banco Mundial e o Banco do Sistema ONU, eles tem já  
123 acertado que esses bancos de financiamentos tenham parâmetros mais rigorosos de  
124 socioeconomia para aquele plano de gestão de risco de financiamentos, então a gente já  
125 trabalha fazendo gestão desses requisitos, eu não sei se vocês estão acompanhando, mas  
126 a gente já trabalha fazendo uma licitação nesse momento, no meio do processo, porque  
127 O Ministério do Meio Ambiente vai fazer um estudo e lançar os novos requisitos de  
128 socioeconomia para licenciamentos e mais amplo até, ele vai contratar para  
129 financiamentos, eles estão contratando consultorias, e vai fazer um processo externo, e  
130 nós estamos até na ocorrência disso, do instituto pro - ONU, para ver se essa  
131 recomendação que a ONU está fazendo aqui para o Pará influencia em nível nacional e l  
132 normativo, além da discussão de lei, então o processo está no meio do caminho,

133 empresários também, a ONU também tem parcerias com empresários, para que (...) é  
134 uma mesa mesmo, ela não defende nenhum lado, nenhum interesse, ela coloca na mesa  
135 todas as partes interessadas e discute esse processo com todos os lados, então tem um  
136 conjunto de empresários e empresas que vêm sendo consultados a respeito disso que  
137 estou mostrando para vocês, para gente sentir qual é a discussão, um ente desse grupo é  
138 a própria CNI, que fez um estudo detalhado sobre uma proposta de licenciamento, uma  
139 discussão com o FEBRABAN, a gente tem olhado com esses atores empresários para  
140 ouvir o outro lado, ver o que eles pensam, na visão deles ser um facilitador, e os três  
141 governos, quando se fala de mesa é porque a ONU formaliza os acordos dela, então há  
142 acordos formais de articulação e negociação, os objetivos formais são de fato tornar  
143 esses agentes estruturantes do desenvolvimento sustentável, vendo o que acontece,  
144 então a gente foi mergulhar para ver porque não acontece, e o que a gente precisa  
145 realmente melhorar, no intuito de tentar aproximar isso de uma visão mais desejada e  
146 positiva. Então aqui para o Pará a gente trabalha isso, através daquele objetivo geral  
147 com três objetivos específicos, o primeiro que a gente tenha de fato um modelo de  
148 desenvolvimento harmônico e sustentável, não é? Que se respeite e potencialize os  
149 ativos econômicos, sociais, culturais e ambientais locais, e permita a preparação das  
150 regiões para a implantação dos grandes empreendimentos, aqui a gente tem a grande  
151 chave do que eu estou chamando de novos requisitos, que a gente chega à conclusão de  
152 que grande parte do problema é que na hora que os empreendimentos estão sendo  
153 implantados, acabam não agregando valor para as regiões, você acaba não agregando  
154 muita coisa para as regiões porque você não tem um caráter preparatório, antecipatório,  
155 o segundo ponto que a gente propõe é ter um modelo. Se for no governo regional que se  
156 encontram os grandes empreendimentos, por que a gestão ambiental é complicada?  
157 Porque a gestão perpassa pelas três instancias gerindo o mesmo território, é um nó  
158 bastante particular no Brasil, é difícil determinar a competência de cada Estado, e não  
159 sabemos qual a competência de cada um, o limite de governanças é o que se pode e  
160 deve ser explorado. Alinhar as instâncias para gerir os impactos, e para que de fato se  
161 agregue isso com o desenvolvimento econômico que o Estado quer. Temos que alinhar  
162 mais essas três instâncias para gerir impactos e dinamizar o desafio socioeconômico e o  
163 desenvolvimento econômico sustentável. Há entre os entes uma distância muito grande,  
164 fazemos plano, por exemplo, do Pará vinte, trinta, temos que criar mecanismos que  
165 garantam mais isso, você consegue fazer isso amarrando os processos regulatórios.  
166 Licenciamento, legislação e governança são o trio que fomentará isso. Fazer da forma  
167 errada é ter um desenvolvimento que você não quer. As principais ações são as  
168 desburocratizações inteligentes do licenciamento. Temos que criar mecanismos que  
169 garantam mais isso se amarra os financiamentos e amarram-se os processos  
170 regulatórios, olhar o trio: financiamento, legislação e governança... Os objetivos já  
171 criados pela CF devem ser utilizados para gerir o impacto socioeconômico. O desafio é  
172 criar mecanismos que garantam mais isso. Vocês são o centro de discussão sobre  
173 licenciamento e há muito pleito legítimo, tendo essas diretrizes todas muito claras  
174 ganha-se tempo. Nós não precisamos ser lentos, precisamos ser eficazes, por aí que a  
175 gente chama de desburocratização do licenciamento, então a gente tem que descobrir  
176 primeiro que requisitos são essenciais, e depois a melhor forma de executar esses

177 requisitos, isso é a realização da etapa preparatória, de posse disso, fica muito claro para  
178 nós que a maior parte dos licenciamentos são morosos, porque se joga para dentro  
179 daquele momento do licenciamento a falta de planejamento que tem para as regiões, se  
180 não tem planejamento, chegada a hora da decisão, tudo aquilo que faltou antes vai  
181 sendo exigido depois. Temos que investir na preparação, quadro que não pode ser  
182 revertido rapidamente, a situação em que nos encontramos, não ocorreu de repente,  
183 temos o reflexo de, pelo menos vinte anos, de ausência de planejamento, o que explica o  
184 resultado que se está tendo, outra coisa é importante: o Brasil perdeu investimentos de  
185 orçamento público voltado para planejamento e estruturação de verba pública, qualquer  
186 governo voltado para planejamento e estruturação pública vai ter que batalhar para  
187 consegui-lo, o que acaba por agravar a situação, posto que se já é difícil com  
188 financiamento, com acordos bilaterais, que ainda são passíveis de serem conseguidos  
189 com a dotação pública, e ainda assim o Brasil já não alcança o desempenho esperado,  
190 posto que é afetado o recurso para parte finalística. A maioria dos governos não  
191 consegue fazer a fase de estipulação dos territórios por não ter recurso para isso, temos  
192 então que criar uma rubrica, já que é tão essencial para o licenciamento essa etapa, e aí  
193 há outra coisa que fica evidente, que isso não é só no Pará, é a ausência, essa ausência  
194 ou baixo monitoramento é um problema mais amplo, estes são os grandes causadores da  
195 grande incidência de judicialização nos licenciamentos, de posse disso é notório que  
196 temos que atacar essas duas etapas, tem sempre uma discussão que fica: a licença é de  
197 quanto tempo? Essa discussão é uma discussão secundária na nossa visão porque deixa  
198 de ter importância quanto tempo vai durar, se houver um sistema de monitoramento  
199 bastante desenvolvido, então parece que a gente tem que brigar muito pelo  
200 monitoramento, há um equívoco, estou apenas trazendo alguns temas para reflexão, mas  
201 tem uma medida natural, quando se mensura que o monitoramento é feito pelo próprio  
202 empreendimento, então são capítulos para evoluir essa discussão, e a implantação da  
203 governança regional e essa visão de se ter recursos de desenvolvimento regional  
204 alinhados, existe uma enormidade de recursos para desenvolvimento regional, mas isso  
205 tudo é descoordenado; para que isso não ocorra com o planejamento da região, pelo  
206 contrário, a gente da força para o licenciamento alavancar esse desenvolvimento que se  
207 quer, quer-se aproximar, alavancar essas duas visões, tanto a de desenvolvimento  
208 regional quanto com a visão do licenciamento. Os grandes problemas que a gente  
209 verifica, aqui têm quatro dimensões (ou dilemas): A primeira diz respeito à  
210 socioeconomia e ao dilema do tempo, à questão ambiental, e ao impacto ambiental, está  
211 é bastante eficiente, só se começa a gerar esse aspecto quando eu inicio o  
212 empreendimento, seja obra ou o que for, vou iniciar a supressão que o impacto inicial, o  
213 impacto sócioeconômico, o grande *drive* do impacto sócioeconômico, se eu pudesse  
214 traduzi-lo em uma única variável seria a migração, ela é a única questão que tem o  
215 impacto sócioeconômico dentro dela, ou pelo menos noventa por cento, então na  
216 questão migratória, quando se anuncia o empreendimento se instala o impacto quando  
217 se anuncia o plano, cada vez que o Governo Federal anuncia o plano dele começam os  
218 fluxos migratórios no país, então o impacto vem antes, isso posto, temos o segundo  
219 dilema, qual seja, o de tempo, posto que na socioeconomia diferentemente da questão  
220 ambiental, o terceiro é o dilema do espaço, sendo similar ao do meio ambiente, não se

221 tem um impacto somente no município em que iniciou o empreendimento, o mesmo  
222 ocorre disperso em uma região que não necessariamente é uma região de impacto  
223 ambiental, tem-se aqui também o drama da regulação, como se definir a área de  
224 influência, tem-se uma questão importante, porque há um impacto maior positivo que é  
225 o de arrecadação, normalmente onde temos uma maior regulamentação não é no  
226 município, a distribuição geográfica do impacto não é igual à distribuição geográfica da  
227 arrecadação, então aqui há um problema que se traduz na distribuição tributária  
228 brasileira, impedindo que se tenha uma redistribuição direta, a qual é feita em função do  
229 grau de contribuição do município, se o mesmo arrecada mais então naturalmente ele  
230 participará com um grau de distribuição maior, então como pensar a viabilidade? Qual a  
231 melhor estratégia para viabilizar esse empreendimento na região? Por conta dessa  
232 questão das instâncias, eu tenho três instâncias de gestão na região; e o da apropriação,  
233 o dilema da apropriação é um dilema real, uma região tem o percurso dela, ela jamais  
234 vai estar preparada para receber uma entrante, como a gente chama um empreendimento  
235 novo que tem normalmente em termos de peso dez vezes o tamanho econômico do que  
236 ela tem no percurso dela, a vocação que tava ali era outra, ela não tem condição de se  
237 apropriar, se ela fizesse um esforço planejado de se preparar em termos de competência  
238 para ela se apropriar daquela nova economia, ela levaria, o básico normalmente é um  
239 ciclo de dez a vinte anos de antecedência, acaba que não é possível se não se fizer um  
240 esforço concentrado, se a gente não fizer de fato aí um trabalho muito intencional, achar  
241 que uma região por si vai conseguir colocar cursos de qualificação e classificação  
242 profissional e aí ela vai realmente se beneficiar daqueles postos de trabalho que são  
243 gerados é irreal, temos que ver exatamente como se trabalha com esse planejamento e  
244 preparação, esse é o único quesito que o planejamento e preparação deveria começar  
245 muito antes, e aí a gente começa a olhar com relação à parte de como a gente pode  
246 entender mitigação desses impactos que para questão ambiental a gente trabalha com  
247 dois conceitos, se o impacto é mitigável e qual é o nexos do impacto, se é mitigável eu  
248 posso prevenir, mitigar e compensar, daí isso determina que tipo de solução eu vou dar  
249 para o impacto, se ele tem nexos ou não existe aquele impacto, tem nexos com o  
250 empreendimento ele pode estar inexistente e ter um nexos direto ou indireto, isso  
251 determina a causa, normalmente quando a gente calcula quanto deveria se gastar com a  
252 mitigação daquele impacto tenho que calcular em função do nexos, a terceira  
253 componente é que na socioeconomia existe que não existe tão clara na questão  
254 ambiental, é que por mais que o nexos, a causa seja do empreendimento, quem tem que  
255 exercitar uma solução para a socioeconomia, quem tem que Promover saúde, educação  
256 e segurança, vai pegar essa parte da infraestrutura é o governo, daí você tem um  
257 problema complicadíssimo para solucionar não é? Não adianta, analisar uma  
258 compensação de socioeconomia sem entender isso, e é o grande entrave que a gente  
259 observa nas negociações, que é natural que a empresa diga, ah você tem um problema,  
260 peça a resolução para o governo, que deveria ter feito, mas não há governo que esteja  
261 preparado para uma intervenção que jogue para dentro de uma região trinta por cento,  
262 quarenta por cento a mais de população num prazo curto, então esse entendimento da  
263 competência é importante, entrar nos requisitos, aqui a gente começa a entender o  
264 problema, pensar a melhor forma de parametrizar a discussão, pelo entendimento da

265 seguinte cadeia: que quanto menos requisitos , quanto menos parâmetros se tem para a  
266 socioeconomia no licenciamento, mais interpretação haverá, quanto mais interpretação  
267 houver, maior será a judicialização. A intenção forte para ajudar a desburocratizar é a  
268 gente criar parâmetros que ajudem a solucionar o problema e que na realidade fique  
269 claro para todo mundo como é que se vai trabalhar com essas questões, então na questão  
270 da gestão regional dos impactos, a primeira coisa que fica claro para gente é que a gente  
271 tem que criar instâncias de governança regional que a gente possa entender o  
272 desenvolvimento regional e gerir os impactos de forma regional, toda governança tem  
273 um conselho de políticas públicas, ela tem ou deveria ter um fórum, então as vezes a  
274 ausência de fórum faz com que a gente tenha conselhos muito grandes, muito inchados,  
275 e que a gente tenha órgãos que executem essas políticas públicas, então na prática o que  
276 é isso? se tenho que preparar a região, tenho que ter planejamento na região, eu tenho  
277 que ter alguém, algum ente regional, que seja guardião desse planejamento, o ideal é  
278 que esse ente regional tenha participação das três instâncias, e se não tiver participação  
279 das três instâncias, o planejamento não vai ser respeitado, é difícil isso? Super difícil,  
280 mas é preferível gastar tempo para construir bem esse pacto que reúne alinha essas três  
281 instâncias do que não o fazer, e depois ser submetido por aquilo que vocês aqui no Pará  
282 sofrem muito por serem território de grande influência da região federal, que é você  
283 planeja uma coisa, daí o Governo Federal vem e trás outra, então é preferível gastar  
284 tempo criando essas mesas e pactuando com um plano que os três aceitem, do que você  
285 não ter isto, então o conselho é importante, o fórum é extremamente importante, qual é a  
286 nossa visão de fórum aqui, toda discussão tem que ter fórum certo? Isso é conhecido, só  
287 que se a gente faz com que este fórum possa também ser ambiente para audiências  
288 públicas, ele passa a ser um grande ambiente qualificado para o debate de  
289 licenciamento, um dos pontos que a gente vê, por exemplo, com relação à audiência  
290 pública, é que sendo eventos isolados, aquela comunidade daquela região, perde a noção  
291 ou visibilidade do todo, a cada hora ela é chamada para uma audiência pública com  
292 atores diferentes, e o empreendedor que a organiza (junto com o órgão, junto com o MP,  
293 mas é o empreendedor que organiza), e ela se perde naquilo, e aí ela repete os pleitos, já  
294 observou? Ela chega pedindo sempre a mesma coisa, porque como ela não sabe como  
295 funcionam aqueles canais e ela já entendeu que há uma desarticulação grande (federal,  
296 municipal e estadual) ela acaba trazendo o mesmo pleito inúmeras vezes e acaba  
297 recebendo várias vezes para a mesma coisa, então assim se perde a visão de  
298 desenvolvimento, daquilo que é projeto mais estruturante e daquilo que é pleito já foi  
299 atendido, a idéia aqui é à médio prazo, a medida em que se tenha um fórum mais  
300 estruturado que é dinamizado por um conselho que dinamiza o fórum, se aumenta o  
301 nível de participação, de escuta para o conselho, e faz com que aos poucos, aquela  
302 região vá melhorando e se qualificando na interlocução para os licenciamentos, essa é  
303 uma experiência que já existe no Brasil, no Espírito Santo, é interessante que e os níveis  
304 executivos são muitos, aqui está como consorcio só a título de exemplo, porque na hora  
305 que se esta discutindo sobre um licenciamento e o que deve ser feito não é? Você  
306 discute o plano da região e dentro daquele plano da região é o que eu gostaria de  
307 executar, se eu for indicar uma mitigação para um impacto de socioeconomia ou uma  
308 compensação, que sejam feitos os projetos que estão planejados, não é? Pode-se tentar

309 amarrar isso, no plano, se é um projeto à nível de prefeitura, ele pode ser executado por  
310 uma prefeitura (o governo, o que deve ser feito, você discute o plano da região, dentro  
311 daquele plano da região é o que eu gostaria de executar, se eu for indicar uma mitigação  
312 para um impacto de socioeconomia ou uma compensação, se eu indicar os projetos que  
313 estão amarrados) , se é um projeto regional deveria ser executado a nível de entes  
314 regionais (seja um consórcio público, seja um consórcio privado, consórcios regionais,  
315 seja agência de desenvolvimento regional, você pode ter mais de uma forma de executar  
316 os projetos, ou mesmo uma forma de ser executado, pelo próprio empreendedor, a  
317 questão não é quem executa, a questão é que deve ser executado, deve ser monitorado e  
318 a execução deveria estar dentro dessa orientação do planejamento da região, então  
319 quanto mais se tem essa instância configurada e o planejamento da região feito, fica  
320 muito mais fácil, para um COEMA ,por exemplo, saber como ele acata ou não acata  
321 aquela proposta de plano de mitigação e/ou condicionante, se já tem um plano que diz  
322 que para aquela região para um plano de trinta por cento da população, se diz que eu  
323 devo estar naquela região entre o plano tal e tal, a atualização, se já existe, há um mapa  
324 com isso mais ou menos definido, quando chega um pedido de licença e você vê aí que  
325 aquele empreendimento é capaz de produzir aquela migração, você tem um âmbito de  
326 projetos que deve ser feito, você tem um âmbito de projetos do que é o escopo do qual  
327 poderia ser aplicado um projeto mitigatório/compensatório, essa engrenagem é fazendo  
328 com que seja a sociedade civil, seja um grupo de empresas, seja governo, na região  
329 todos que estejam compreendendo esse plano sejam guardiões desse plano, por isso que  
330 se tem que observar bastante, o desenvolvimento do planejamento e desenvolvimento  
331 regional, a questão de origem é que praticamente todas as implantações de  
332 desenvolvimento não geram o desenvolvimento que a gente quer, então nessa  
333 engrenagem a gente tenta aproximar isso, tenta aproximar o desenvolvimento do  
334 planejamento, tentar fazer com que o desenvolvimento regulatório alcance o esperado,  
335 por isso que se amarra uma governança desse tipo, é por isso que a ONU, com esse  
336 processo de licenciamento, não pode ter um tipo que tenha planejamento e execução  
337 sem monitoramento, então aqui a ONU está fazendo uma prática dela de observatório  
338 para territórios de grande impacto, que tem uma prática de conservatório, no caso dos  
339 dois pilotos a ONU vai identificar o observatório por dois anos, mas ela vai identificar  
340 quem são os atores locais que podem se organizar em rede para operar o observatório,  
341 opera com ela uns três anos e ela sai mas o observatório fica, depois isso pode ser  
342 multiplicado e deveria ser multiplicado, para todas as regiões do Estado, então o que faz  
343 esse observatório? A primeira coisa que faz e vocês vão observar nos requisitos é que a  
344 ONU está trazendo uma metodologia de indicadores em que a ONU mede as dimensões  
345 de desenvolvimento sustentável de uma região, nos aspectos ambientais, socioeconômico  
346 e econômico, então é um conjunto de indicadores, já especializado chamado índice de  
347 prosperidade de cidades e agora índice de prosperidade de regiões, é uma proposta nova  
348 de indicadores da ONU, em cima dos novos OBSs, ela foi construída em cima de  
349 seiscentos municípios típicos do mundo inteiro, e foram testados, aqui no Brasil  
350 participou Fortaleza desse processo, então em cima desses índices faz-se um relatório  
351 para diversos quesitos ambientais, não é? Fauna...aqui a gente não faz o *baseline* não  
352 que é um requisito dentro de socioeconomia, quer dizer eu entro naquela região e não

353 meço o nível de desenvolvimento daquela região, eu não entro vendo como ela está ,  
354 para saber como é que se pode interferir, então se propõe algumas metodologias que são  
355 simples de indicadores, podem ser utilizadas outras, vocês já usam aqui no Pará um  
356 índice de progresso social, então a gente ta fazendo toda uma analogia de um conjunto  
357 de indicadores com outro, para poder aproveitar, já usar o esforço que está sendo feito  
358 pelo Pará, mas de uma maneira geral o observatório faz monitoramento e valorização de  
359 indicadores, então, já se começa a levar o município para um nível de discussão de  
360 impacto a partir de indicadores, é uma maneira nova de participar, tem lá um índice  
361 específico que é de gestores de lideranças públicas, e lideranças sociais, esse é um dos  
362 pontos mais fortes de capacitação que a ONU faz dentro de um órgão é o de preparar  
363 tanto os órgãos públicos para trabalhar com esses indicadores, como para lideranças  
364 sociais para elas saberem como ler o fenômeno em parte, como ela acompanha isso ao  
365 longo dos anos, para entender realmente como o problema na prática está acontecendo,  
366 gerenciamento dos projetos, não vai ser determinado pelos licenciamentos e  
367 condicionantes o conjunto de projetos a ser feito? Então é feito um controle social para  
368 acompanhar esses projetos, porque está andando, porque não está andando? Como é  
369 muito difuso, há esse órgão que é um órgão mais externo que acompanha isso e devolve  
370 para as partes, devolve para todos que participam do processo; Captação de recursos, o  
371 que é importante a começar a entender no impacto da socioeconomia é que os volumes  
372 de recursos não são condizentes para a implantação e viabilização dos  
373 empreendimentos, porque planeja-se sem recurso para isso, há uma situação de  
374 infraestrutura, não é típica do estado do Pará, é importante a gente entender, o Brasil  
375 inteiro é assim, isso é porque a gente está no Estado do Rio que é tido como  
376 desenvolvido, isso por exemplo quando se está na costa verde, em relação a saúde é na  
377 casa de bilhões, quando se pega para entender o déficit das regiões, temos a ordem de  
378 grandeza de bilhões, então para viabilizar isso, como a gente entende, parte disso não é  
379 absolutamente necessidade do governo, não há governo que tenha esse recurso, através  
380 da viabilidade, atue na capacitação de recursos e na viabilização para isso, ou a própria  
381 ONU que vai fazer esse esforço de capacitação e já vai iniciar agora em Março, essa  
382 região vai ter um conceito que é o que a gente chama de ecossistema de fundo, a gente  
383 hesitou muito entre criar um fundo específico para a compensação de socioeconomia,  
384 então na realidade a gente não está propondo uma criação específica para compensar a  
385 socioeconomia, a gente está propondo que o Estado do Pará tenha um fundo de  
386 socioeconomia voltado para desenvolvimento e tenha mecanismos de compensação que  
387 somem com esse fundo e não precisam ser só públicos, que possam também ser  
388 privados, na prática o que é isso? Na prática a determinação do BACEN, desse ano que  
389 é refletindo a política ONU é que todo financiamento tem que ter um percentual para  
390 gerir risco socioambiental e com um grande requisito para risco socioeconômico, faz  
391 parte do nosso escopo trabalhar com os bancos, temos esses requisitos, então o que é  
392 isso na prática? O BNDES vai financiar dez milhões, o mesmo avalia o risco de  
393 socioeconomia e taxa de dois a quatro por cento, reservado nesses dez bilhões e o  
394 tomador ou empreendedor tem que apresentar um plano para efetivar, esse plano para  
395 mitigação necessariamente é um plano para desenvolver a região, para mitigar esse  
396 plano ele precisa necessariamente de uma parceria com o Estado, e/ ou com as

397 prefeituras, e isso é feito através de convênio, e o que a gente precisa é criar um  
398 dispositivo que no momento que os bancos investidores tentem fazer convênios com  
399 prefeitura e Governo do Estado todo mundo siga o mesmo planejamento da região,  
400 então mesmo antes de se criar o fundo está se criando mecanismos de amarração dos  
401 recursos. **DRA. ELIANA ZACCA (Representante Da SEDAP):** Existia antigamente  
402 nesses grandes projetos era obrigado a ter um percentual para que o governo  
403 apresentasse projetos de desenvolvimento, as leis existiam mas dificilmente se  
404 cumpriam. **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Na prática se o Governo do  
405 Estado tem requisitos claros, então é mais fácil de ser acatado, vamos entender que o  
406 Brasil é muito desarticulado na prática, todo mundo aprendeu a trabalhar na falha da  
407 desarticulação, as empresas entendem que uma Secretaria de Meio Ambiente, não está  
408 articulada com o desenvolvimento econômico, e com a fazenda que é um incentivo, o  
409 que a gente entende é que para uma negociação valer tem que haver uma  
410 regulamentação, ela tem que entender que é assim agora o jogo, e é uma mudança  
411 cultural muito forte. E ela só vai entender esse todo, se ela estiver dizendo de fato que  
412 não concorda com isso, no caso da eletrônica o governo amarrar, a questão é posta  
413 juridicamente, mas não é praticada. **DRA ELIANA ZACCA(Representante da**  
414 **SEDAP):** No caso do Xingu, quando se coloca em discussão uma miríade de projetos,  
415 muito fica fragmentado, a ausência também leva a isso, muitas vezes são eleitos  
416 determinados projetos em detrimento de outros, as vezes quem apresenta não seria o  
417 ator mais indicado para o fazer. **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Há aqui  
418 um aspecto muito importante em termos de requisito que é novo, não incluso nisso,  
419 considerando a opinião das partes interessadas para gerar demanda, mas a gente  
420 considera prioritariamente que a demanda advém de um diagnóstico, que o que tem a  
421 parte de projeção, por exemplo diagnóstico que é nada complicado, inclusive nós  
422 tivemos essa discussão no Chile agora, que é a de matriz insumo produto, o mundo  
423 inteiro trabalha com a matriz de insumo e produto, e a gente ainda está utilizando o  
424 mesmo modelo que é o de cadeia produtiva daquela época, então por essa metodologia  
425 de matriz insumo produto eu pego tudo e sei tudo que ocorrerá de impacto na região, e  
426 daí eu vou conseguir fazer uma projeção, porque para o diagnóstico de socioeconomia  
427 eu tenho que fazer a projeção de migração, para a gente, a proposta que a ONU está  
428 trazendo é que o ponto de partida para planejamento seja esse, você usa a escuta das  
429 comunidades, o pleito das comunidades para qualificar o que é demanda, mas você não  
430 participa direto do pleito, é importante que se tenha o mesmo ponto de partida, o mesmo  
431 tipo de diagnóstico, para comutar o desenvolvimento, eu identifico os déficits e faço o  
432 planejamento do Pará , por isso que no Pará o planejamento da Machenzie vinte e trinta  
433 é fundamental, porque o planejamento da cadeia é que quem vai fazer o diagnóstico  
434 pega os diagnósticos todos, então eu sei qual a possibilidade de trabalho, de renda, de  
435 massa de migração, daí eu começo a olhar essa outra dimensão com coisas que são  
436 fáceis , que não são complexas, a empresa vai continuar contratando especialistas para  
437 facilitar os estudos, é uma questão de como você melhora o termo de referência , agora  
438 o termo de referencia é mesmo uma indicação mais clara de tipo de estudo, ele pode  
439 usar outro conceito, desde que ele gere outro resultado e faça no tempo, porque a gente  
440 não queria esperar o prazo de quatro meses para ter o diagnóstico, para ter o

441 licenciamento andando num prazo ativo, se a gente for atrás de metodologias  
442 consolidadas e coisas disponíveis no Brasil , então é mais fácil de atualizar não e? A  
443 gente atualiza fácil, uma outra frente que a gente esta utilizando é essa parte de que  
444 vamos então olhar uma compensação para a socioeconomia, esse recurso tem que estar  
445 totalmente associado ao risco, aqui tem que observar que posso ter planejamento, eu não  
446 posso criar uma existência de regulação, tenho que considerar o cenário de que existira  
447 o “compensamento” e a idéia que a gente trabalhe com um ecossistema de fundos, se o  
448 sistema criar um fundo que este plano que ele esta promovendo se encaixe dentro do  
449 governo de políticas publicas também a gente esta dizendo que todo e qualquer fundo  
450 que exista para compensar aquela região tem que ter na prática isso, tivemos uma  
451 conversa com o IBAMA para os licenciamentos do IBAMA terem o mesmo sistema,  
452 isso para gente é fundamental porque não podemos ter dois tratamentos diferentes  
453 dentro da mesma região, seja licenciamento estadual , seja licenciamento federal é  
454 preciso tratar aqui, se não vai ficar muito difuso para os atores locais, se a gente utilizar  
455 essa recomendação que a ONU habitat esta trazendo a partir da recomendação que a  
456 ONU fez para os financiamentos, estaria se entendendo que mesmo que haja o  
457 planejamento para as regiões há o risco da região não conseguir rapidamente se preparar  
458 , esse risco é de dois a quatro por cento do valor do investimento, então não é o valor é  
459 uma taxa, que a gente não esta colocando como taxa, o que é que a gente está  
460 recomendando? A gente está recomendando que na hora que eu vou analisar os riscos  
461 do empreendimento, o órgão ambiental vai ter que verificar os riscos dos investimentos,  
462 por exemplo, no Tapajós, estão previstos os investimentos, quarenta e sete bilhões de  
463 investimentos no Tapajós , então se a gente aplica dois a quatro por cento, a gente está  
464 falando de um bilhão a dois bilhões, isso justifica que se crie um plano de gestão e  
465 governança para a administração deste recurso, e aí o que a gente propõe como  
466 possibilidade de utilização desse recurso? A gente propõe que ele possa ser utilizado  
467 para todas as frentes de planejamento, e se cria uma estrutura que tenha custo, que possa  
468 estruturar a gestão pública, seja municipal, ou seja estadual, e tem mais um item, que  
469 principalmente seja focado em investir em infra-estrutura para aquela região, e que se  
470 trabalhe requisitos para se fazer as compensações diretas para a socioeconomia e cultura  
471 para as comunidades tradicionais, e aqui nós estamos falando de índios, de quilombolas  
472 e tal, recursos compensatórios também tem que ter a possibilidade de serem abrigados  
473 para isso. Tem mais uma discussão sim com o ministério público, até o seguinte, como  
474 o recurso compensatório é de origem privada, isso é uma discussão grande, que ele  
475 possa ser aplicado por um período que é considerado período de efetivação do território,  
476 que ele possa ser aplicado num plano de saúde por um período, esse é o conceito,  
477 habilitações, dentro disso se pode ou não pode e como fazer isso, a discussão já passou  
478 do ”pode não pode” e já está no “como”, então eu já passei a pauta, não só me  
479 comprometer mas também me dê paciência que a medida que a gente vai evoluindo eu  
480 vou trazendo para vocês que a medida que a gente faça um TR com os requisitos novos,  
481 a gente precisa chegar nesses requisitos, a primeira conclusão que a gente esta propondo  
482 como novos requisitos se faz sentido, se é por aí mesmo, como a gente vai aplicar no  
483 tapajós a gente vai ter que aplicar com os empreendedores, eles conhecem isso apenas  
484 conceitualmente então a gente vai começar uma rodada de conversas inclusive, é essa a

485 idéia. **DR. LUIZ FERNANDES:** a gente estava conversando aqui, em algumas  
486 discussões tem participado também o estadual, principalmente em Barcarena, a gente  
487 tava fazendo aqui uma proposta para apresentar lá no Ministério Público, para ver, e  
488 acho que é bom escolher uma data mais ou menos que dê para fazer isso, conversei um  
489 pouco outro dia com a Lilian(...) **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** no caso  
490 inclusive dela a gente tem um documento que a gente conversou com o Ministério  
491 Público, a gente conversou e tem esse documento detalhado, a representação encaminha  
492 o documento para a gente fazer a interposição, já incluída essa análise assim como se  
493 faz em Barcarena, já trabalhando o licenciamento. **DRA. LAISE (Representante do**  
494 **MP):** nessas regiões, o que se tem na verdade é uma perspectiva de crescimento  
495 econômico, mas de desenvolvimento, nenhuma. Esse é o grande X da questão, o que se  
496 percebe é uma chuva, uma tempestade de problemas e que as empresas de consultoria,  
497 transferem a resolutividade desses problemas para o Estado, eles sabem que o Estado  
498 não é capaz de resolver, e, de qualquer forma o empreendimento acaba acontecendo e o  
499 problema aumentando, a miséria cresce, os problemas na área socioeconômica, escola,  
500 hospital, infraestrutura, então na verdade esse é o grande x da questão, realmente a  
501 gente pede que esse trabalho seja apresentado para que os promotores que estão nessa  
502 questão e a questão é excessivamente forte. Muitas vezes a equipe técnica não consegue  
503 levar para as pessoas que estão lá na região, a gente alinha, mas a falta de planejamento  
504 é tão grande que quando chega lá na execução, do monitoramento a coisa realmente se  
505 perde, então a gente vê realmente o planejamento, tantas hidrelétricas para a região do  
506 tapajós não é? Tantos portos para a região ali também, daí então, de que forma isso, e o  
507 que a gente vê realmente de concreto para que esse desenvolvimento seja aliado ao  
508 crescimento que se espera, como você disse, geração de empregos quase nenhuma,  
509 então quando a gente analisa a fundo é uma batalha eu diria até, com as empresas de  
510 consultoria, quando a gente está analisando os EIAs que passam pelo Ministério  
511 Público, e a gente percebe muito claramente, que as empresas, no que tange ao  
512 gerenciamento de impacto, não apresentam realmente nada de concreto.  
513 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Aqui estão todos os estudos do qual a  
514 gente esta extraindo os requisitos para as TRs, então a gente vai executar esses estudos,  
515 pegando o plano da Makenzie e mais os empreendimentos federais que estão previstos,  
516 olhando o conjunto dos empreendedores da região, há dois tipos de análises sinérgicas,  
517 dentro de uma só, fazer a linha de base dos indicadores, cria-se os indicadores e sempre  
518 tem uma base para poder comparar, fazer o que falei aqui sobre prognóstico de  
519 socioeconomia, então além do olhar sinérgico o olhar para cada cadeia qual é a projeção  
520 que essas cadeias terão, olhar a previsão do estudo de impactos ambientais, os requisitos  
521 finais, usar um padrão mais geral para a gente ter algumas informações base para  
522 compor os indicadores, e estudo de vocações econômicas locais, então você faz um  
523 contraponto para as cadeias que estão vindo, se houver esse contraponto essas cadeias  
524 vão ver qual é a projeção que terão, isso é importante, principalmente na superposição, e  
525 o estudo de povos e comunidades tradicionais, alguns requisitos a gente tem seguindo o  
526 padrão ONU, um padrão mais geral, para compor os indicadores, e o estudo de  
527 vocações econômicas regionais. Então você faz um contraponto para as regiões que  
528 estão vindo, observando toda uma cadeia local, porque em algum momento você tem

529 que aproximar, e aqui a gente já fez a modelagem sinérgica típica, então se eu prever  
530 que para lá tem uma modelagem sinérgica, faço uma modelagem sinérgica típica, no  
531 estudo e na definição dos planos da região você já definiu para aquela região um grau de  
532 acerto para o seu empreendimento (modelagem típica) , então a primeira coisa foi criar  
533 isso aqui, nos planos para a parte preparatória, é o plano de desenvolvimento  
534 sustentável, o plano em potencial, restrições e capacidade de cargas setoriais e  
535 programas de compensação e plano territorial também, dentro da parte de  
536 zoneamento(...) **DR. LEAL (Representante das ONGs):**esses discursos que estão  
537 sendo desenvolvidos, eu lhe pergunto, não é novidade para ninguém, que existe na  
538 região uns setenta por cento de áreas impeditivas, ninguém pode diferenciar o  
539 licenciamento de desenvolvimento, alguns milhões de hectares impeditivos para  
540 determinadas atividades produtivas. De alguma forma vocês estão pensando nisso como  
541 uma possibilidade de mudança? **REPRESENTANTE ONU HABITAT:** Não  
542 necessariamente. **DR LEAL(Representante das ONGs):** Não necessariamente não,  
543 essa conversa, nós tivemos uma conversa com o ICM BIO regional, que é outro projeto  
544 que é diferente e que interfere, eles convocaram que estão pensando, hoje é discutido  
545 internamente até a possibilidade de discutir áreas impeditivas, inclusive zonas, caso isso  
546 venha a dirimir problemas, foi por isso que eu coloquei essa questão, eu até coloquei  
547 isso com você daquela outra vez, porque se nós vamos pensar nessa possibilidade  
548 obviamente que abre um leque muito maior naquela região, se na região você não pensa  
549 em pecuária, se você não pensa em manejo, a não ser naquelas áreas brancas que são  
550 áreas reduzidíssimas, então a pergunta que eu faço é que se existe essa possibilidade  
551 dentro dessa ótica que vocês estão construindo o projeto, de sugerir até a possibilidade  
552 que vocês estão fazendo de alteração no mosaico que foi estabelecido lá.  
553 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Na prática, qual o produto que a gente  
554 pretende entregar, quer dizer, a partir do planejamento que a Maquenzie fez para o  
555 planejamento do Estado, a gente vai olhar a partir dessa definição do que são as  
556 economias, a proposta das economias a serem desenvolvidas pelo Estado, essa proposta  
557 é para se ter uma visão para saber em cada região qual será a tendência de vocação dela,  
558 demonstrando o que se pretende trazer, aí é que entram os estudos sinérgicos, tem um  
559 estudo de ativos e passivos ambientais, para verificar como é que isso serve no  
560 território, tenho que olhar os limitadores de zoneamento, e aí ver também a visão de  
561 ativos e passivos socioeconômicos e aí produz também cenários, então se eu fizer uma  
562 combinação de economia A, B, C eu mantenho a visão atual, se eu fizer um cenário de  
563 economia D, E, F daí eu tenho que mexer. Essa é a visão dos cenários para vocês  
564 discutirem qual o Pará que vocês querem então esse é um ponto importante, em termos  
565 de estudo ele meio que faz um retrato das decisões que podem ser tomadas. É essa idéia,  
566 você vai saber a consequência da decisão que está tomando. **DR SIDNEY ROSA**  
567 **(Representante da ALEPA):** Eu sou da assembléia legislativa do Estado e também sou  
568 da federação das indústrias, três coisas me chamam a atenção aí, primeira, parece  
569 interessante essa visão da sinergia dos empreendimentos num mesmo local, acho que  
570 isso tem bastante lógica porque um tem um determinado impacto o outro vindo vai se  
571 associar, vai gerar outros impactos, se fosse um sozinho seria não é? Isso achou  
572 interessante, agora, do ponto de vista, também dos fundos, eu me lembro que o Colares

573 quando falava que ele fazia um levantamento na sema dos fundos, dos valores devidos,  
574 dos licenciamentos ao longo dos últimos anos, falaram que a Vale ia em cima dele, até a  
575 própria Vale admitir que devia duzentos milhões. Até o AMAZON parece que ia fazer  
576 um levantamento disso, isso nunca se fez esse levantamento, mas eu me lembro que o  
577 Colares puxou esse balanço, porque fica um balanço, um levantamento aos  
578 empreendimentos que não responderam ao fundo CATATAL, o que me lembrou isso aí.  
579 **DR. LUÍZ FERNANDES:** Só para pegar essa questão do fundo, só para ver que esse  
580 dois a quatro por cento, que ele está falando não tem nada haver com essa compensação  
581 ambiental, ta? Essa é outra história, essa conversa ambiental é da lei do SNUC, então  
582 esse não tem haver, ta? **DR. SIDNEY ROSA (Representante da ALEPA):** Quer dizer,  
583 além disso, tem essa função social, mas me fez lembrar essa fala do Colares,  
584 **REPRESENTANTE DA DIALOG:** mas chegaram a fazer. **DR. SIDNEY ROSA**  
585 **(Representante da ALEPA):** Parece-me interessante, que quando licenciar o  
586 empreendimento de que o fundo tem uma correlação de representantes para fazer o  
587 acompanhamento da aplicação desse fundo, já que ele deverá ser relacionada à essa  
588 implantação (...) nós precisamos no Brasil, em particular no Pará, de certificar o  
589 licenciamento ambiental para todos, do pequeno ao grande, então, parece interessante,  
590 agora, não me pode trazer mais amarras para o licenciamento nascer. Por último eu  
591 queria só saber qual é o papel do instituto nisso aqui? Ele presta uma consultoria para o  
592 Estado? Ele oferece uma parceria da ONU com o governo, eu não entendi bem o papel  
593 do instituto, a Senhora Representa o que? Representante da ONU habitat: O instituto  
594 **DR. SIDNEY ROSA(Representante da ALEPA):** Eu queria só assim que me desse  
595 uma (orientação)... **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Esse programa, isso é  
596 um programa que a ONU está trazendo, não é? O piloto desse programa está lá naqueles  
597 três lugares, o instituto é o parceiro da ONU para este programa, por que? Porque o  
598 instituto vem fazendo as análises dos licenciamentos no Brasil há doze anos, então o  
599 nosso encontro veio daí, então quando a gente estava discutindo os requisitos, o instituto  
600 já estava integrando às discussões da ONU, os requisitos de financiamento, existe um  
601 grupo na ONU, lotado para regulação, financiamento e governança e a gente integra  
602 esse grupo, e aí lá nesse grupo nós trouxemos a importância de além de criar requisitos  
603 novos para os financiadores, que a gente criasse requisitos novos para o licenciamento,  
604 porque o licenciamento era um só, o momento de gênese do empreendimento como se  
605 você já fizesse nascer de forma correta e ganhar tempo nisso, como também é o maior  
606 ambiente regulatório e que está com problemas, então a gente foi aonde a gente propôs  
607 junto com a ONU, de que o primeiro esforço fosse o de criar o licenciamento para o  
608 empreendimento, a partir desse momento que a gente começou a propor as soluções a  
609 gente virou o parceiro deles no Brasil, na verdade a gente começou como parceiro aqui  
610 no Brasil e a gente é parceiro no mundo inteiro para esse programa. A gente está  
611 fazendo aí os estudos, o que é o papel da ONU e dos estudos? A gente esta fazendo o  
612 papel e propondo a discussão, então dentro dessa parceria da ONU HABITAT estão  
613 previstos alguns workshops com alguns especialistas do mundo todo, sobre esses temas  
614 para começar Março, Abril (estão previstos os três no primeiro semestre, workshops  
615 aqui também no Pará, normalmente os workshops são em Brasília e aqui, o pessoal do  
616 Rio e Ceará convergem os workshops e vão para Brasília, aqui não, porque aqui virou o

617 “case” não é? Para aumentar o nível de discussão, para aumentar o nível de troca, então  
618 tem essa frente, tem a frente de que vocês vão para fora participar dos eventos, que  
619 também estão previstos uma série de eventos de discussão técnica e de *expertise* fora, e  
620 essa questão de aplicar o modelo e de avaliar, que é um processo de três anos, durante  
621 três anos a gente vai para frente desse trabalho, é uma equipe mista, tem parte disso que  
622 é de especialistas da ONU, tem parte disso que são nossos, enfim, mas é uma equipe  
623 única não é? Não sei se eu respondi. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
624 **SEDEME):** Só uma pergunta, qual é o produto que vocês vão entregar, são só estudos  
625 ou vocês têm alguma ação concreta no território? **REPRESENTANTE DA ONU**  
626 **HABITAT:** tem toda a observação da governança, toda a implementação do  
627 observatório. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da SEDEME):** Como é que  
628 vocês fariam isso na prática? Representante da ONU HABITAT: Na prática, desde os  
629 estudos, que é normal, como se fosse um trabalho de levantamento de dados, a gente  
630 acompanha isso, como a gente vai para fazer as reuniões, a gente instala o fórum, a  
631 gente junto com as partes instala o conselho, por outro lado a gente vai estar  
632 coordenando toda a ação de planejamento. Então tem o planejamento acontecendo e  
633 paralelo tem toda a instalação da governança, na governança o nosso plano de  
634 implementação é de doze meses, em doze meses você tem o fórum, o conselho e as  
635 instâncias executoras alinhadas. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
636 **SEDEME):** Então qual o estímulo das pessoas participarem dos fóruns e dos  
637 conselhos? **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** O estímulo é exatamente a  
638 proposta, a gente vai até as lideranças, tem todo um processo de sensibilização e de  
639 mobilização que é feito no território, então é feito somente com o governo do Estado, a  
640 gente entra no território, e vai chamando todas as partes para este sistema de eventos, os  
641 eventos vão realizando reuniões, até que chega um momento que a gente formaliza o  
642 fórum, tem o momento que a gente formaliza o conselho. **DRA. MARIA**  
643 **AMÉLIA(Representante da SEDEME):** Eu te pergunto isso, porque na verdade eu  
644 estou no olho do furacão lá no Xingu, e na verdade o PDRS tem cinco anos não é? E ele  
645 é um fórum participativo, por exemplo, um seguimento da sociedade civil, ele só  
646 participa se tiver meio financeiro para chamar a comunidade, ou a comunidade  
647 indígena, para ir, e qual é a cenourinha para as pessoas participarem? É a possibilidade  
648 de participar do edital do PDRS, se você não tivesse esses estímulos, você teria uma  
649 participação talvez muito fragmentada e parcial, isso garante uma participação mais  
650 ampla, nas reuniões mensais, cento e vinte, cento e trinta pessoas no fórum mais amplo,  
651 mas eu acredito que se não tivesse isso, dificilmente teria essa possibilidade,  
652 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Eu tenho uma série de metodologias aí  
653 que a ONU tem dela, e o instituto que executa já em outros lugares também para  
654 garantir essa participação, passa por isso, passa por concursos, tem todo um plano de  
655 mobilização, e aí a gente tem que este plano é um plano de um ano, vai-se avaliando a  
656 cada três meses como é que está o grau de participação, o grau dos indicadores, o grau  
657 de capital social e etc...então isso é transferido depois para o conselho, uma parte, e a  
658 outra parte para o observatório. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
659 **SEDEME):** Outra questão, São Luis do Tapajós, a expectativa do plano nacional de  
660 energia é que fecha com Belo Monte, a desmobilização dos egressos, e transfere para o

661 Tapajós, só que tem o elemento crítico aí que é a impugnação dos estudos por conta dos  
662 impactos nas comunidades indígenas, tem alguns seguimentos que acham que São Luis  
663 do Tapajós não vai acontecer, e tem outros que dizem que vai acontecer, é um  
664 investimento aí de mais ou menos vinte bilhões de reais que devem estar na sua  
665 expectativa... Esse imponderável, de pode ou não pode, como essa proposta  
666 antecipatória trabalha com isso, e de repente isso pode não acontecer?  
667 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Em nível de cenário, quer dizer, você tem  
668 um cenário que você contempla São Luís do Tapajós e o outro não, a gente está  
669 trabalhando aqui com planejamento não é? **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante**  
670 **da SEDEME):** Ok, mas, por exemplo, você está prevendo que vai acontecer essa obra,  
671 e eu vou ter que me antecipar com ações preparatórias nesse território para render essa  
672 obra, isso é o estímulo para poder captar recurso para o fundo e para poder, eu vou  
673 captar porque vai ter um recebível por conta desse projeto que vai acontecer, e se ele  
674 não acontece? **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Não, só ocorre a captação  
675 direta como você está colocando, a partir do empreendimento. Nós estamos falando de  
676 uma capacitação compensatória. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
677 **SEDEME):** E onde fica a preparação então? O empreendimento ta acontecendo, e aí?  
678 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Não, você tem...é o que aconteceu no caso  
679 dos pilotos, é caso um pouco diferente depois que você passa a ter mais atenção é que  
680 aqui você não está discutindo um fundo antecipatório ta? Fundo antecipatório é de outra  
681 natureza, aqui no caso a antecipação está se dando pela maneira como está se  
682 programando a elaboração do processo, então primeiro a gente faz todo um  
683 planejamento das regiões com um recurso das ETCs, porque as ETCs já estão em  
684 processo de licenciamento (...).**DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
685 **SEDEME):** Isso foi feito no Xingu, O PDRS demorou cinco anos, tem PDRS, tem  
686 ADT, eu to agora, estou te colocando isso porque eu estou fazendo um levantamento e  
687 assim tem muito estudo, muita proposta e muito planejamento, e quando você vai ver a  
688 efetividade, o índice de escolaridade piorou leito por habitante piorou, a taxa de  
689 mortalidade infantil piorou, indicadores de homicídio a cada cem mil habitantes piorou,  
690 quer dizer, você teve uma série de estudos e um fórum super participativo, muito  
691 recurso, e não teve rendimento. **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Não teve  
692 gestão **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da SEDEME):** Não teve gestão, tem  
693 uma gestão profissional, tem dezenove órgãos do Estado, é uma incógnita para a gente  
694 poder entender isso. **DR. LUIZ FERNANDES(Secretário de Estado de Meio**  
695 **Ambiente):** Na verdade, eu vou falar também um pouco disso, porque em 2011, quando  
696 eu assumi a secretaria de segurança, lá não tinha previsto um centavo para segurança  
697 pública. Ou seja, não teve planejamento, e aí também foi uma luta muito grande, foi aí  
698 em 2011, que o Estado começou a força de trabalho. **DR SIDNEY ROSA**  
699 **(Representante da ALEPA):** Tanto que na primeira audiência, tinha se contemplado só  
700 dois municípios e o governador fez incluírem mais nove. **DR. LUIZ FERNANDES**  
701 **(Secretário de Estado de Meio Ambiente):** Exatamente (falas sobrepostas).  
702 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Não, mas mesmo o PDRS, a própria  
703 metodologia (...) aí de novo (...) aí tem um princípio básico que faz parte até do  
704 *workshop* de sexta-feira que é a finalização, então a gente tem dois *workshops*, um com

705 o Greenpeace, que é uma evolução de uma discussão sobre o São Luís dos Tapajós, e  
706 esse do ISA tem uma discussão específica no IBAMA, então dentro deste a gente está  
707 avaliando Belo Monte, que foi um problema até para a gente aceitar como piloto porque  
708 a gente está fazendo como contraponto do piloto não é? O nosso controle é o Belo  
709 Monte, então a gente está com um grupo de controle para fazer a distinção entre um  
710 processo e outro, e uma das coisas que a gente analisou entrando na metodologia, é  
711 exatamente a questão do diagnóstico e planejamento, o PDRS foi feito absolutamente  
712 com metodologia de planejamento participativo, ele não trabalhou com as cargas, então  
713 o planejamento não tem uma aderência com a necessidade real do território e nem com  
714 a temporalidade dessa necessidade, então ele não foi um planejamento estável, é natural  
715 isso, é um dos pontos nossos de discussão técnica com o GV, então a gente acha que a  
716 metodologia participativa não se aplica à licenciamento, por essa razão, então assim, é  
717 uma questão metodológica mesmo, então, o que a gente pretende aqui para essa região,  
718 é a gente ter o dimensionamento de carga real, quer dizer, o que é que precisa para a  
719 região, quanto custa isso? Vinte bilhões? Então vamos encarar o número, porque não  
720 adianta dizer que é dois, que é dez, que é cinco, que eu quero um projeto de praça e o  
721 outro quer um projeto disso... então quer dizer, eu faço um(...) não adianta, tem que olhar  
722 realmente aquilo que é mais efetivo, para poder dizer, eu faço isso em dois anos, eu faço  
723 isso em cinco anos, e aquela outra parte eu faço em dez, qual o recurso de dois, qual o  
724 recurso de (...) tem que planejar até a parte financeira, mas isso é um planejamento de  
725 Estado. **REPRESENTANTE DA DIALOGUE:** E mesmo assim, eu acho que até para  
726 ser um pouco mais objetivo nessa argumentação da Maria Amélia que é muito  
727 importante, de uma forma mais chula, vamos colocar aqui, essa mesa é o nosso  
728 conselho, e que vai estar aqui prefeitura, vai estar aqui o governo, vai estar aqui a  
729 sociedade, e vão estar aqui as empresas, então hoje na mesa só vai estar as empresas, o  
730 piloto que é as ETCs, então São Luís do Tapajós é uma incógnita, ou seja, não está  
731 fazendo parte disso aqui, mas a gente já está rodando fundo com o recurso das ETCs, e  
732 outras fontes, e o PPA do Estado, ou seja, a gente já vai ter algumas ações  
733 regionalizadas e integradas com o planejamento estratégico do Estado onde vai vim  
734 PPA, onde vai vim PARÁ dois mil e trinta, onde vai vim as ações do TNC no *print*,  
735 onde vai ser outras ações que vão estar todas coligadas no fundo, e aí vai começar a vim  
736 a especulação, olha São Luís dos Tapajós vai sair, então a gente vai juntar o comitê e  
737 olha já temos aqui dez milhões que já está preparado para tal coisa, vamos começar a  
738 fazer investimento em infra-estrutura que daqui a três anos vai começar a especulação  
739 imobiliária de São Luís do Tapajós em tal coisa, então eu acho que isso da um  
740 sombreamento e uma tranquilidade para que a gestão seja antecipada, aí a resposta, não  
741 vai funcionar como fundo antecipatório entre aspas, porque daqui a pouco o recurso da  
742 São Luís do Tapajós vai entrar e vai cobrir aquilo que foi gasto. Representante da  
743 SEDEME: Você desculpa eu estar sendo um pouco incisiva(...) **REPRESENTANTE**  
744 **DA ONU HABITAT:** Não, à vontade. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
745 **SEDEME):** É que é um ano de experiência lá no Xingu, e eu me lembro da primeira  
746 vez que eu cheguei lá, nessa época o representante era o Nicias, e eu cheguei lá e disse:  
747 -eu nunca mais quero vim nesse lugar aqui, isso aqui é “pau para dar em doido” não é? e  
748 depois com essa nova gestão, eu falei, olha secretário Adnan, o senhor que tem que

749 assumir, porque a questão é política, é muito política, não você que tem que ir (...) então  
750 nós temos um ano, eu venho da academia não é? Estou com um olhar inclusive  
751 científico sobre esse *case* de lá do Xingú porque ele, teoricamente, tinha tudo para dar  
752 certo, e deu tudo errado. Aí a pergunta: é possível arrumar o que está errado? Ainda há  
753 tempo de fazer alguma coisa? Assim nesse ano o que foi bom lá que a gente poderia  
754 aproveitar como uma experiência? O que é ruim que a gente pode elencar: tem algumas  
755 coisas assim que são muito desafiadoras, por exemplo, umas das coisas que eu acho  
756 mais desafiador dessa experiência, por exemplo, essa coisa de ver a governança nos  
757 níveis de governo, tem a temporalidade da gestão pública, e tem também a questão  
758 partidária mesmo, você tem o governo federal de um partido, os governos municipais  
759 de outro partido, outra temporalidade da sua gestão pública e do mandato, como que  
760 você concilia essas diferentes perspectivas? Isso para mim eu penso que se for atribuir  
761 uma causa de um grande problema ali para não ter dado certo, seria à esse elemento da  
762 política real em si mesma. **DR. SIDNEY ROSA (Representante da ALEPA):** Na  
763 composição também Amélia, se você me permite, eu fui a duas reuniões lá em Altamira,  
764 dos movimentos sociais em Julho de dois mil e doze e a composição daquele conselho  
765 também (...) Como é o nome daquilo? **DRA. MARIA AMÉLIA (Representante da**  
766 **SEDEME):** CDDEX. **DR. SIDNEY ROSA (Representante da Alepa):** É aquele  
767 monte de movimentos sociais que é uma metade que não faltam reunião nenhuma, o  
768 poder público nunca estão todos, então ali é voto vencido, os movimentos sociais vão lá  
769 e fazem muitas exigências que para se ver livres acabam cedendo às migalhas, São vinte  
770 quatro membros, sendo doze dos movimentos sociais e doze de governo, mas os doze  
771 de governo, tinha que unir SIFE, o secretário Zé Junqueira, secretário de tecnologia,  
772 então nunca iam todos. A verdade é essa, e nem o Governo Federal também, então os  
773 movimentos sociais, na minha pouca visão, porque eu não tive muita experiência, é que  
774 se contentava com qualquer coisa que eles arrancassem da reunião (exemplos  
775 inaudíveis), a parte substancial estava isolada, e eles se contentavam com interesses  
776 particulares, mas a composição e a frequência deles era querer vencer o tempo todo.  
777 **DRA. MARIA AMÉLIA (Representante da SEDEME):** Mas eles tinham um papel  
778 funcional, agora que caiu a ficha, quer dizer, um ano depois não é? Qual era a  
779 importância do PDRS? Na verdade, onde é que está a parte do leão aqui? No PBA, que  
780 são o Plano Básico Ambiental, que totaliza três bilhões e meio, o PBA ficou de  
781 administração exclusiva da Norte Energia, que é onde são as cargas, as estruturantes,  
782 onde ela deveria fazer, ficou exclusivamente dela, o PBRS é quinhentos milhões, para  
783 ser gasto em vinte anos, era o pirulito, o anestésico. Por que? Porque você tinha um  
784 movimento social totalmente contrário ali, porque numa grande obra de impacto você  
785 vai ter quem está favorável e quem está contra, eu acho até que foi muito inteligente,  
786 porque o PDRS era o anestésico, que contestava ali, não é? O “pirulito”, e eu estou  
787 fazendo a parte do leão aqui fora. **DR. LUIZ FERNANDES (Secretário de Estado de**  
788 **Meio Ambiente):** Era o “boi de piranha”. **DRA. MARIA AMÉLIA (Representante da**  
789 **SEDEME):** Isso mesmo. Aí vem uma outra questão, como se criar consenso em torno  
790 de um tema relevante, desenvolvimento, quando você tem uma sociedade que o nosso  
791 nível de analfabetismo de vinte e cinco anos ou mais é de quarenta por cento da  
792 população em alguns casos? **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Pois é, acho

793 que vale a pena, a gente tem previsto um workshop específico sobre governança, mas é  
794 um pouco do entendimento, o Brasil com relação a planejamento participativo e  
795 governanças participativas tem um entendimento e uma prática de ser planejamento  
796 popular, governança popular, e a gente tem várias formas, e aí vale à pena a gente ver,  
797 que você tem na verdade níveis de participação, mesmo com participação da sociedade  
798 civil, você tem muito mais do caráter de fórum mesmo, de trabalhar com redes, e ir  
799 colocando, cada um participando no nível que ele consegue contribuir, e trazer para o  
800 nível de conselho realmente o nível mais representativo, porque eu acho que vale a pena  
801 o debate, eu acho que das experiências que estão mais bem sucedidas no Brasil são  
802 aquelas que conseguem de fato criar essas instâncias mesmo com a gestão e governança  
803 participativa, aqueles que conseguem separar esses níveis, são as recorrências, quer  
804 dizer, eu participo com todo mundo para fazer eles de fato compreenderem para onde  
805 vai a região e que ganhos eles podem ter na região, e o papel deles? Esse é um nível de  
806 participação e o outro não, eu sou a instância que vou participar dentro da estratégia de  
807 desenvolvimento (com o outro nível de participação), é importante a gente separar isso,  
808 porque se não vira realmente (...) e eu concordo com você, na verdade o PDRS é um  
809 grande plano de investimento social e não é o plano de desenvolvimento regional, e aí  
810 acabou que ficou com a lacuna: onde está o plano de desenvolvimento regional? Porque  
811 ele não ficou no PDA. **DR. LUIZ FERNANDES (Secretário de Estado de Meio**  
812 **Ambiente):** E quem termina executando o PDRS é a própria Norte Energia.  
813 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Exatamente, ela que executa. **DR. LUIZ**  
814 **FERNANDES (Secretário de Estado de Meio Ambiente):** Apenas jogou aquele boi  
815 branco mas ela que executa, veja bem, para você ter uma idéia, nessa região por  
816 exemplo lá do Tapajós, já tem um plano de segurança a dois anos atrás. Bom, mas  
817 quando a gente fez esse plano, que aí o governador chamou todo mundo em dois mil e  
818 onze, até dois mil e dezoito era algo em torno de um bilhão e trezentos, para segurança  
819 pública, entre custeio e investimento, o investimento estava na ordem de trezentos e  
820 cinquenta, quatrocentos bilhões, conseguimos cem milhões, não tinha nada mas ainda  
821 conseguimos cem milhões, daí começa a execução pelo empreendedor, bom, daí o valor  
822 e o deles, mas daí nós tínhamos os projetos, os projetos das unidades  
823 integradas...Cotamos com algumas empresas, e falamos olha quanto é que vocês fazem  
824 a obra lá, daí eles colocaram o valor, na verdade tava mais alto do que Belém uns vinte  
825 por cento não é? Naquela época então que não tinha nem mão de obra lá, uma  
826 dificuldade muito grande e tudo ocupado, chegamos com a empresa e falamos, olha  
827 vocês estão livres para escolher quem vocês quiserem nesse projeto, agora o preço tem  
828 que ser esse se não for esse essas outras empresas aqui fazem por isso, botamos lá,  
829 naquela época o Joaquim passarinho era o secretário de obras, ta? E foi junto com a  
830 gente mais ou menos assim, porque se não também ele vai embora, porque assim é mais  
831 de quarenta por cento, cinquenta por cento a mais. **DR. LEAL (Representante das**  
832 **ONGs):** Eu queria fazer outra reflexão, com relação ao que vocês já conseguiram  
833 captar, se é que pode antecipar algum detalhe, na questão do licenciamento, exemplo,  
834 você estava falando agora na questão dos fundos compensatórios, porque a legislação  
835 ambiental hoje respalda as compensações ambientais e não as socioeconômicas, e eu  
836 penso que empresas, seja ele um empreendedor ou física ou empresarial, sempre se

837 defende, criando essa situação real, espera aí, isso aí é uma atividade de Estado, então  
838 eu penso, a minha pergunta é o seguinte, vocês, no nível em que vocês estão dispostos,  
839 vocês estão pensando que esse fundo criado, vai ser executado pelos governos, ou as  
840 empresas, como é o caso da Norte Energia, é que acabou executando, qual é o momento  
841 que vocês estão hoje nesse (inaudível). **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** A  
842 nossa visão é que deveria ser uma coisa criada como fundo, para ser executado pelo  
843 governo, aliás, pelo conjunto de entes, a gente não acha isso viável, então o que a gente  
844 acha que pode ser um primeiro passo? Na obrigação de fazer, do empreendedor, hoje já  
845 faz uma série de planos de mitigação, então ele tem que fazer os planos de  
846 compensação, ele pode executar diretamente ou ele pode, na verdade, transferir o  
847 recurso para um fundo para que seja então implementada através dele, vai ter a opção,  
848 porque gera para ele a obrigação de fazer, para ele qual a vantagem de ter uma  
849 obrigação de fazer? Porque hoje ele acaba tendo a obrigação de fazer a compensação, o  
850 órgão condiciona, a obrigação de fazer vem por condicionante, porque não está  
851 especificado como requisito de PDA, então acaba sendo obrigado à fazer os convênios  
852 com o governo do Estado, os convênios com prefeitura, sem parâmetro. Vem o IBAMA  
853 e diz, você tem que fazer um convênio com o Estado do Pará para trabalhar a  
854 segurança... Parâmetro zero, então ele pode dizer que ele vem aqui para o Estado do  
855 Pará e bota uma patrulha ou ele faz...ele faz o que ele quiser, então a idéia toda é  
856 parametrizar a obrigação dele de fazer os planos de compensação, ele pode executar  
857 diretamente, e ele pode transferir, agora, passa a ter monitoramento, porque eu  
858 parametrizei, então na verdade se reforça o papel do estado de fiscalização, por isso de  
859 novo joga no monitoramento, tem que ter um monitoramento maior, porque tem que  
860 checar se foi feito ou não. **DR. LEAL (Representante das ONGs):** Essa pergunta, essa  
861 reflexão, é porque eu tenho muito medo de matar a galinha, e aí não tem ovo de ouro.  
862 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** É porque assim, hoje, pela estatística que  
863 a gente tem, os empreendimentos gastam muito mais do que qualquer incidência de  
864 risco que a gente está propondo de dois a quatro por cento que tem, porque para chegar  
865 a essa incidência, tem uma análise de ocorrência ta? Então no Brasil o nível de  
866 ocorrência é superior a quatro por cento, hoje, a maioria, praticamente todos os  
867 licenciamentos, gastam mais do que isso nesses convênios com prefeituras e Estados,  
868 ta? Quando você bota na lista, pega lá, os três bilhões, daí a gente fala que ele reclama,  
869 gasta e fornece mais resultado, daí, por que a empresa hoje centraliza e facilita a  
870 execução? Porque ele tem uma obrigação de fazer, cada vez que ele depende de uma  
871 prefeitura para executar, ele descumpra, ele tem a licença dele em aberto, então tem um  
872 círculo que é vicioso. **DR. LEAL(Representante das ONGs):** Essa pergunta tem uma  
873 maldade nela que eu não me furto de dizer, é porque na verdade eu sou hoje mais um  
874 cara de governo do que de iniciativa privada, mas eu me coloco muito nessa questão do  
875 empreendedor, muito, eu vejo o seguinte, o empreendedor às vezes diz: não, pode deixa  
876 que eu faço posto de saúde, ele não vai operar o posto, e esse posto que ele fez, e com  
877 esse custo, isso é um assunto para mim que é dos mais sérios, para ser discutido para  
878 mim numa proposta de licenciamento, ele faz do jeito que ele...tem um padrão já do  
879 posto, ele sabe e nós sabemos todos, que depois a prefeitura não vai ter como operar o  
880 posto, então é aquela história, eu defendo a princípio, pode ser até que eu seja

881 convencido, eu acho que quem tem que fazer realmente isso aí, não é a empresa, porque  
882 depois ela não vai poder ficar com a obrigação, de operar aquele serviço.  
883 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Então, mas veja bem, vamos para o  
884 mundo teórico não é? Se você tem um planejamento que é do Estado, seja governo do  
885 Estado, seja prefeitura, que prevê aquele posto, é diferente de você chegar, por uma  
886 demanda, de sensibilidade de comunidade, de que ela precisa de um posto, você vai lá e  
887 constrói o posto, a gente tem alguns equívocos, eu gosto bastante do clássico do sistema  
888 nacional de saúde, se você constrói qualquer equipamento de saúde sem estar previsto  
889 pelo plano do sistema nacional de saúde, não tem custeio para ele, então todo mundo  
890 adora inventar a necessidade de construir UPA, e depois vai olhar se no sistema  
891 nacional de saúde tinha previsto, tem até uma discussão interessante, que o Ministério  
892 das Cidades, passa a reconhecer, se você consegue comprovar pela projeção de  
893 crescimento da cidade que aquela cidade passará a ter acima de x mil habitantes, ele  
894 consegue antecipar e incluir você em alguns planos nacionais, porque a grande  
895 preocupação é o custeio, então quando a gente monta o plano *a priori*, a grande  
896 articulação que tem que ter são com os recursos, sejam federais ou estaduais, que vão  
897 contemplar custeio daqueles equipamentos, por isso você planejar antes, então de novo  
898 a primeira amarração que a gente tá propondo agora é um processo de maturidade  
899 mesmo, a gente tem que avançar e melhorar, como eu falei, vinte anos para esculhambar  
900 tudo, vamos tentar um tempo aí, a primeira coisa é o seguinte, vamos reforçar essa  
901 função de planejamento do Estado, temos que entender que a prerrogativa de  
902 desenvolvimento regional é uma competência de Estado, não é de município e não é  
903 federal, por isso o reforço disso, atuar via Estado vem por conta disso, reforçar esse  
904 papel e ele assumir a função, é dele o papel, aí tudo bem que o empreendedor execute,  
905 se tiver o planejamento deverá ter previsão da maneira como ele vai ser custeado, e  
906 reforçar o papel do estado de fiscalização, ele pode executar, esse é um primeiro  
907 momento, um segundo momento que é uma discussão bem mais complexa no Brasil  
908 que é criar uma nova caixa, aí é Matéria de discussão para a gente criar uma nova caixa,  
909 vamos primeiro trabalhar na obrigação dele de fazer e ir acostumando todo mundo a  
910 convergir. **DR. LEAL(Representante das ONGs):** Eu vou tentar dar outro exemplo,  
911 uma hidrelétrica num determinado município começa a operar e ela começa a gerar o  
912 *royalt*, certo? Na construção com acordos, com acertos, conversas, um cara gerou e  
913 construíram algumas estruturas de prestação de serviço, saúde, educação e etc. eu digo o  
914 seguinte, porque que esse *royalt* que é pago e que o município joga numa caixa, não tem  
915 um direcionamento? É porque tem atividades que ela vai ter uma geração, de um aporte  
916 de recursos, de uma arrecadação, *ad eternum*, eterna entre aspas não é? Uma hora acaba  
917 eterna enquanto dure não é? Então eu vejo que de repente a gente pode começar a fazer  
918 uma reflexão sobre isso, porque se não cai num buraco negro aquele recurso e...  
919 **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT:** Nós temos dois pontos para grande debate  
920 no Brasil que é a questão tributária, que é essa questão de aplicação dos recursos (...)  
921 **DOUTOR LEAL (Representante da ONGs):** Estou vendo esse dados agora que estão  
922 acabando com as audiências públicas, porque já existe uma proposta, porque já surgiu  
923 algumas memoráveis propostas, de inverter a metodologia do planejamento de uma  
924 energia elétrica, de começar pela comunidade:” Vocês deixam a gente fazer uma

925 hidrelétrica”)? Eu não concordo começar por uma audiência na comunidade, a decisão  
926 de fazer uma hidrelétrica é uma decisão de duzentos milhões de brasileiros e não de  
927 uma comunidade como São Luis do Tapajós, eu acho que vai ter o momento de  
928 discussão na comunidade, mas já existem pensamentos nesse sentido, então a gente  
929 precisa discutir essa questão muito, porque ela bate sempre na prestação de um serviço  
930 para aquela comunidade, por exemplo, São Luis do Tapajós, a bola da vez foi o  
931 (inaudível), São Luis sai, até porque tem uma necessidade de país e de Estado, não é  
932 uma questão do Estado do Pará, do município de Itaipu, é uma questão de necessidade  
933 de Estado, isso vai acontecer, mas agora a gente vai começar a fazer talvez a mesma  
934 coisa, a gente inaugurou aquela lá de Teles Pires e voltamos mais uma vez nesse mesmo  
935 problema, estão os caras migrando, que é um outro tipo, a situação do município do  
936 Tapajós tem dois tipos de imigração, hoje espontânea, atrás de terra, de mato, agora vai  
937 ter uma atrás da obra, e das obras não é? Então eu sei que vocês estão “bancando”  
938 (inaudível) isso, mas a gente... **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT**: Eu não sei  
939 se o Senhor lembra, mas da última vez que estivemos aqui (inaudível), houve uma  
940 proposta de criar uma fase de desconvenção para a primeira etapa de obras, usar  
941 o raciocínio do desconvenção, e a analogia que a gente fez é, a fase de  
942 construção são duas indústrias diferentes, a indústria de construção civil e depois a  
943 indústria que vai operar, então você ativa uma economia em função dessa indústria,  
944 desativa, e ativa outra, você tem um desconvenção, você tem que independentizar  
945 o território daquela economia que foi gerada para uma economia inclusive mais básica,  
946 onde tem mais valor agregado, é essa primeira fase, na segunda tem menos, então a  
947 gente tem isso também, mas não está propondo nessa fase, porque a gente tem que ir  
948 mais de vagar, mas tem essa análise, o problema de Belo Monte da desmobilização de  
949 quase vinte mil pessoas não é só as vinte mil pessoas, é toda a economia que foi gerada  
950 ali que é um baque para a região, que não consegue ser substituído, então o raciocínio  
951 de *royalt* precisa ser trazido para essa fase, o importante, é desde o início gerar uma  
952 espécie de *royalt* e a independentização daquela economia, é uma porção de tema que  
953 vem aí... **DR.LEAL(Representante das ONGS)**: Mas esse tema é muito atual (falas  
954 sobrepostas). **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT**: A discussão tem que ser  
955 implementada no Ministério Público, não é? Tem que gerar consenso no outro lado, no  
956 outro lado...A gente vai pensando. Representante da secretaria de SAÚDE: Boa tarde,  
957 queria fazer um comentário, posso falar? eu sou da secretaria de saúde, represento a  
958 secretaria de saúde, sou **AMIRALDO PINHEIRO (Representante da Secretaria de**  
959 **Saúde)**: eu acho que o x da questão é exatamente esse, a parametrização e o poder de  
960 fiscalização do Estado, vou dar um exemplo prático aqui, a gente quando está  
961 licenciando os diversos empreendimentos, e todas as vezes a gente emite parecer sobre  
962 o que é que a gente deseja enquanto saúde para aquele empreendimento, e a gente tem  
963 colocado uma linha, até porque são câmaras técnicas não é? De não se prender, não  
964 ficar muito engessado, e na linha exatamente disso que você falou, que o ministério em  
965 todos os momentos estabelece parâmetros, e que o parâmetro principal é a população,  
966 com todos os erros, e a gente tem que ver com estima essa população que vai crescer  
967 ali naquela região, mas independente disso a gente tem estabelecido nos parâmetros dos  
968 pareceres, e é isso que eu as vezes me pergunto, como é , se a gente for ver, tem

969 inúmeros pareceres que a gente coloca lá, que tem que reforçar a atenção  
970 primária...capacitando, tem que incrementar o nível de postos, dentro do incremento  
971 esperado de população de tantos mil habitantes, a gente cria em alguns pareceres até  
972 parâmetros, indicadores que devam ser devidamente monitorados e que a partir desse  
973 monitoramento a gente tenta vincular ou não com a operacionalização do  
974 empreendimento para que qualquer mitigação que possa ser feita, você deva tentar  
975 envolver a empresa, o empreendedor, ou fica por conta do estado, isso atualmente, nós  
976 somos conselho, nós damos pareceres, é isso que eu não vejo, eu vejo assim as  
977 secretarias muito até fortalecidas para sua regularidade, para sua atuação regular, mas  
978 quando se trata de um déficit de situações atuação desses empreendimentos a gente não  
979 tem uma organização tão boa, então eu acho que esse projeto todo pode e deve  
980 fortalecer isso, nos dar parâmetros para medir e ao mesmo tempo dar possibilidades de  
981 fiscalizar, acho que vai ser muito legal, e a gente tem muita dúvida, se a gente for  
982 elencar os pareceres que a gente têm, e aí alguns já começaram até a operacionalizar, a  
983 gente tem emitido, não sei, esse conselho tem dito alguma coisa ou tem visto esses  
984 pareceres e aí tem esse parecer, será que está acontecendo alguma coisa diferente? A  
985 mortalidade infantil não está sempre relacionada à saúde, é por outros motivos,  
986 econômicos principalmente, mas assim, você falou de indicador, e a partir daí você  
987 falou do que estava acontecendo, por exemplo, Belo Monte, um processo interessante,  
988 quando foi feito Belo Monte entrou a saúde, e o pessoal se preocupou muito com  
989 malária, eu não gostei muito disso, eu acho que deveria investir em uma coisa mais  
990 genérica, e que desse suporte para qualquer coisa, capacitasse os setores para que  
991 tivessem poder de diagnóstico, o perfil é esse, de repente chega mais gente, e aí você  
992 tem, digamos assim um perfil de doenças sexualmente transmissíveis, enfim, da um  
993 diagnóstico, a gente tentou, em Belo Monte, aliás com a Norte Energia, a questão dos  
994 leitos, a construção de hospitais , no decorrer do processo, mas assim, era legal que  
995 fosse detectado isso bem antes, e nunca fechar, nunca engessar: “eu vou fazer um  
996 hospital”, “vou fazer um posto de saúde”, não é assim, eu acho que vai ser muito legal  
997 se der essa possibilidade de a gente realmente poder planejar, estabelecer parâmetros e  
998 estabelecer o poder de fiscalização do Estado, que é ele que tem que ter poder para estar  
999 fiscalizando e punindo se for o caso, enfim...**DR. LUIZ FERNANDES(Secretário de**  
1000 **Estado de Meio Ambiente):** Em Altamira, até que ainda a situação não foi pior em  
1001 razão da sua reunião que foi em dois mil e cinco, não é?(falas sobrepostas) **DRA.**  
1002 **LAISE (Representante do MP):** Observando toda a sua apresentação, como Ministério  
1003 Público, percebe-se que realmente que esse é o caminho, com toda certeza, mas a nossa  
1004 pergunta é: como vocês pretendem dar a *interface* da implantação desse processo que  
1005 tem um passivo de vinte anos que a coisa vem acontecendo de qualquer jeito, com o que  
1006 está acontecendo no momento, a migração está crescendo, os problemas estão  
1007 instalados, que tipo de estratégia vocês pretendem estar trabalhando, eu já antecipo, esse  
1008 é o anseio dos promotores daquela região, e por isso o embate, porque o discurso  
1009 chega, a perspectiva de crescimento também, não é? E o que acontece, e o que tem de  
1010 concreto é um desastre. Então para que vocês possam ganhar este apoio eu acho que  
1011 teria que ter algo de concreto, qual é a estratégia que o Estado vai ter, contratando a  
1012 consultoria e a própria perspectiva da ONU para que esse problema instalado comece a

1013 minimizar, comece a se ajustar. **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT**: Olhe, a  
1014 gente, de fato, vai começar pelos estudos sinérgicos, começando pelo trabalho que você  
1015 está fazendo e no planejamento em paralelo as coisas vão continuar acontecendo, então  
1016 a gente tem uma intenção que essas coisas se encontrem e vamos promover uma  
1017 sistemática de reuniões e o processo todo a gente imagina em três anos, para que essas  
1018 coisas comecem a se ajustar, porque a gente quer comprovar que se você fizer  
1019 planejamento, trazer o recurso, tiver melhor monitoramento, você melhora isso, no  
1020 médio prazo, então há uma proposta a curtíssimo prazo, pode ser que se faça, como  
1021 resultado do planejamento, a primeira coisa, como resultado do diagnóstico ela deve  
1022 estar sendo concluída de quatro a seis meses, então feito isso talvez a gente saia com um  
1023 plano de ações imediatas, é normal na nossa metodologia a gente sempre fazer essa  
1024 divisão, então a gente tem um plano normal, e a gente puxa essas questões imediatas ou  
1025 estruturantes para fazer essa mobilização e a outra é porque de fato são estruturantes daí  
1026 você escolhe uma ou duas que já dão uma alavancagem maior, a gente tem como  
1027 histórico uma expectativa de um esforço maior para geração de recursos que a ONU  
1028 começa agora, a trazer recursos para essa infraestrutura, para agilizar assim o que o  
1029 diagnóstico tiver feito, provavelmente uma ação estruturante desse tipo tem que ser  
1030 feita. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da SEDEME)**: Mas esses recursos  
1031 vocês emprestam do governo? **REPRESENTANTE DA ONU HABITAT**: Tem duas  
1032 naturezas, a fundo perdido, e a de empréstimo, então as duas naturezas a gente está  
1033 avaliando, como é que trás rápido, quer dizer, vai trazer o especialista para montar o  
1034 plano, vai trabalhar com vocês e enfim, fazendo o *maching* em algumas negociações aí  
1035 mais rápidas... **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da SEDEME)**: E como é que  
1036 vocês estão vendo, aquela, assim a maior parte do financiador do desenvolvimento é o  
1037 BNDES não é? Assim o BNDES tem um projeto em entono, porque o maior  
1038 financiador é o BNDES não é? Porque teoricamente ele teria que investir o recurso em  
1039 torno de dois por cento no entono, vou dizer o que o BNDES fez lá no Xingu, criou a  
1040 ADT, quer dizer, mais um estudo, pagou rios de dinheiro em uma consultoria para fazer  
1041 mais papel, e aí quando a gente vê essas ações estruturantes, quer dizer, realmente não  
1042 aconteceram não é? Como é que vocês estão vendo essa questão do BNDES? Então, a  
1043 questão do BNDES, a gente teve na primeira conversa com o governo do Estado e o  
1044 BNDES, a princípio o governo diz que reconhece o BNDES como iniciativa do governo  
1045 do Estado que vai tentar convergir, daí é de novo, negociação não é? Se você me  
1046 perguntar qual é a maior vantagem da proposta que está sendo trazido pela ONU  
1047 habitat, enquanto instituto descolado pela ONU HABITAT, a primeira coisa, o Brasil é  
1048 hiper competente em planejamento, os planejamentos aqui não funcionam, não é por  
1049 falta de saber fazer, o planejamento urbano, as academias antigas, consolidadas, tanto  
1050 que você olha em tudo que é conselho no mundo inteiro está repleto de brasileiro nessa  
1051 área, então o que eu vejo realmente é aquela mesa que a ONU habitat cria e formaliza  
1052 para fazer todo mundo sentar, se o IBAMA e o BNDES não estivessem feito as  
1053 estratégias dos dois, não vai funcionar, então a ONU vai caminhar nesse sentido de  
1054 puxar isso enquanto ONU, então essa é uma vantagem, a ONU tem uma flexibilidade e  
1055 uma maleabilidade de sentar com as partes e elevar o patamar de discussão quase de um  
1056 jeito que outra organização não consegue, eu até brinco com o governador e com todo

1057 mundo que está junto, e digo “use melhor a ONU, use”, daí é um recado para o Estado  
1058 do Pará, nessa parceria que vocês têm, vocês não têm noção, tudo que é *expert* da ONU  
1059 fica à disposição de vocês, aqueles que a gente identifica em função das competências e  
1060 aquele que vocês podem identificar, “Eu gostaria ,enquanto Ministério Público, de  
1061 acessar tal coisa, a ONU na parceria traz. Então muita coisa que a gente não consegue  
1062 como brasileiro ou como ser comum discutir com o BNDES, traz alguém que diz olha  
1063 assim é a melhor maneira de fazer sim, vamos juntar desse jeito, então é juntar um  
1064 pouco, esses ambientes tem um formato que a ONU está propondo que é o tal do IGM,  
1065 que é um formato dos *experts* mundiais, que são vinte que chegam e debatem um tema,  
1066 no final eles geram uma recomendação para o Governo Federal, eles têm vários  
1067 dispositivos, e isso vale a pena enquanto governo, enquanto órgãos, olhar e utilizar, eu  
1068 diria que isso é uma grande vantagem para fazer isso acontecer, porque já se tentou isso  
1069 várias vezes antes, então como é que a gente faz esse movimento, primeiro que isso gera  
1070 um grande impacto, todo mundo achar que tem que fazer algo desse tipo, porque não da  
1071 para continuar do jeito que está, então se todo mundo pensa assim como é que a gente  
1072 usa os esforços para encurtar caminho. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da**  
1073 **SEDEME):** Um outro obstáculo não é? Por exemplo, é a questão legal, acho que foi o  
1074 que o Leal tentou colocar sobre o Tapajós, a gente sabe que tem um problema territorial  
1075 muito sério, então a gente sabe que tem a governança do ICM-BIO, a gente sabe a que  
1076 tem a governança do IBAMA, que é ITERPA, que é área branca, aí ,por exemplo, a  
1077 gente poderia usar esse poder, dizer olha, isso aqui não deveria ser uma área de proteção  
1078 integrada. Representante da ONU habitat: Exatamente, olha você pegou a alma da coisa,  
1079 é isso mesmo. **DRA. MARIA AMÉLIA(Representante da SEDEME):** Isso aqui já  
1080 era uma coisa urgente, vai mandar um *expert* para lá para olhar essa questão das áreas e  
1081 fazer recomendação para poder talvez mudar, de repente essa questão mudar. (falas  
1082 sobrepostas) Representante da ONU habitat: Vamos fazer a discussão técnica da coisa,  
1083 daquilo que deveria ser, porque isso é muito politizado, porque a gente traz a discussão  
1084 para o lugar que ela deveria ter, e ganha vantagens com esse tipo de coisa, essa é a  
1085 melhor maneira de usar a ONU, e levar para representar, é outro conceito de articulação  
1086 política. E aí a gente fica à disposição de vocês. (inaudível) **REPRESENTANTE DA**  
1087 **ONU HABITAT:** está previsto para Março, final de março, aqui em Belém. **DR**  
1088 **NILTON GURJÃO (Representante Do Mp):** Aqui em Belém? **REPRESENTANTE**  
1089 **DA ONU HABITAT:** Aqui em Belém. **DR. LEAL (Representante das ONGs):**  
1090 Senhor presidente, era isso que eu ia lhe pedir, que muitos eventos estão acontecendo, e  
1091 nem estou culpando ninguém, estou dizendo que os próximos, a gente precisa tomar  
1092 conhecimento, e de preferência que o presidente encaminhe alguns conselheiros para  
1093 acompanhar. “: A gente tem encaminhado, a participação inclusive para a capacitação  
1094 dos conselheiros, às vezes para participar direto lá é meio complicado. Bom, se não tem  
1095 nada mais então... eu declaro encerrada a 57 reunião ordinária do COEMA.

1096 (Fala-se sobre resíduos sólidos, matadouros e outros assuntos informalmente: vide vídeo  
1097 no site)